



PESQUISA BIBLIOMÉTRICA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

BIBLIOMETRIC RESEARCH ON INTERNATIONAL LAW AND SUBNATIONAL PUBLIC POLICIES

ADEMAR POZZATTI¹
LUIZA CALIXTO²

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo bibliométrico de trabalhos acadêmicos que relacionam direito internacional e políticas públicas estaduais. Para poder discutir o papel do direito internacional na construção e/ou melhoria de políticas públicas para a tutela de direitos humanos por agentes subnacionais, esta etapa da pesquisa é exploratória, consiste em conhecer o campo em que se insere para saber o estado da arte e as lacunas desta discussão, bem como as possibilidades de avanços em termos de políticas públicas. Para tanto, foi feito um levantamento de trabalhos acadêmicos, nas plataformas SciELO, Publish or Perish, Google Acadêmico e Banco de Dissertações e Teses da CAPES, a partir das expressões “cooperação internacional”, “direito internacional”, “direitos humanos”, “políticas públicas”, “paradiplomacia”, “cooperação descentralizada” e “Rio Grande do Sul”, tendo em vista explorar as possibilidades de relacionar direito internacional e políticas estaduais em um ambiente mais próximo à Universidade Federal de Santa Maria, onde esta pesquisa é realizada. Ao todo, foram encontradas 184 publicações acadêmicas, as quais foram tabuladas e categorizadas por ano de publicação, instituição de ensino vinculada e metodologia. A partir dos resultados, foi realizada uma triagem que resultou em 27 trabalhos acadêmicos, os quais foram analisados e comparados qualitativamente, acerca das principais conclusões a que os estudos chegaram. Como resultados, a maioria dos trabalhos analisados aponta que é do interesse dos agentes subnacionais, articular uma política externa cooperativa para políticas públicas que contribua com o seu desenvolvimento, ainda que possam carecer de autonomia e de recursos para tal.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Direito Internacional; Estados Subnacionais; Políticas Públicas;

ABSTRACT

This research consists of a bibliometric study of academic works that relate international law and state public policies. To discuss the role of international law in the development and/or improvement of public policies for the protection of human rights by subnational agents, this stage of the research is exploratory. It aims to understand the field, the gaps in this discussion, and the possibilities for progress in public policy. For this purpose, a survey of academic works was conducted on the platforms SciELO, Publish or Perish, Google Scholar, and the CAPES Database of Theses and Dissertations. The search included terms such as “international cooperation,” “international law,” “human rights,” “public policies,” “paradiplomacy,” “decentralized cooperation,” and “Rio Grande do Sul,” with the aim of exploring the possibilities of relating

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do NPPDI - Núcleo de Pesquisa e Práticas em Direito Internacional (CNPq/UFSM). Mestre e Doutor em Direito das Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
ademar.pozzatti@ufsm.br

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
luisa.calixto@acad.ufsm.br



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

international law to state-level policies in a context closer to the Federal University of Santa Maria, where this research is being conducted. In total, 184 academic publications were identified, which were tabulated and categorized by year of publication, affiliated educational institution, and methodology. From these results, a selection process was carried out, resulting in 27 academic works that were analyzed and qualitatively compared regarding the main conclusions reached by the studies. The findings indicate that most of the analyzed works suggest it is in the interest of subnational agents to develop a cooperative foreign policy for public policies that foster their development, even though they may lack autonomy and resources to do so.

Keywords: International Cooperation; International Law; Subnational States; Public Policies

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa bibliométrica investiga os trabalhos acadêmicos sobre a instrumentalização do direito internacional para a promoção de políticas públicas locais - com ênfase no estado federado do Rio Grande do Sul. O objetivo é analisar o campo de estudo desse tema no Brasil, quando e quem publica sobre isso e como, metodologicamente o faz. Parte-se do marco teórico das abordagens terceiro mundistas do direito internacional, as TWAIL, sigla em inglês, que concebem o papel do direito internacional na vida cotidiana³ bem como que o fim do direito internacional contemporâneo é também sanar problemas que ultrapassam a concepção “interestatal” que costuma permear os estudos de Relações Internacionais. Em suma, o presente estudo alinha-se às pesquisas políticas em Direito Internacional.

A pesquisa bibliométrica foi realizada a partir de um levantamento de artigos científicos publicados em revistas especializadas, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, mediante busca das expressões “cooperação internacional”, “direito internacional” “paradiplomacia”, “cooperação descentralizada” combinadas às expressões “políticas públicas”, “direitos humanos” e “Rio Grande do Sul” no banco de dados da plataforma *Publish or Perish* (nesse caso, os termos foram colocados na aba *keywords*, palavras-chave), no *Google Scholar*, no Portal de teses e dissertações da CAPES e no *SciELO*.

³ ESLAVA, Luis. Istanbul Vignettes: Observing the Everyday Operation of International Law. *London Review of International Law*, v. 2, n. 1, 3-47, 2014



O passo seguinte foi sistematização dos dados iniciais encontrados nos trabalhos acadêmicos em uma planilha do *Google*. Nessa planilha os trabalhos foram categorizados com base em: “Ano de publicação” “ Instituição de Ensino” e “Metodologia Afirmada”. Posteriormente, foram construídos, com o auxílio de tabelas no *Google Planilhas*, os gráficos de cada uma das categorias.

A primeira seção do artigo discute do que se trata uma pesquisa bibliométrica, como é aplicada, quais as vantagens e objetivos da utilização do método, como se aplica e como se justifica para o tema da pesquisa. A segunda seção do artigo apresenta a metodologia de levantamento de dados de publicação dos trabalhos acadêmicos sobre a instrumentalização do direito internacional para a promoção de políticas públicas locais, a terceira realiza a discussão dos dados e análise quantitativa, e, também, análise qualitativa de uma amostra desses trabalhos, a conclusão, por fim, resume o que foi feito e discute os resultados.

1 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA: USOS E MÉTODOS

A presente seção busca explicar a escolha metodológica pela pesquisa bibliométrica, não muito empregada na área do Direito Internacional, como será visto adiante, entretanto, justifica-se pela importância e funcionalidade.

A pesquisa bibliométrica, parte da cientometria, é em um método de estudo advindo dos métodos empíricos de testagem de hipóteses através de dados atrelados à produção científica realizada em uma determinada área ou temática de interesse. Para Cobo et al⁴, a importância desse método está na sua capacidade de entender trends, ou padrões de pesquisa, avaliar a performance da pesquisa, mapear o conhecimento científico, identificar autores e trabalhos chave e possibilitar colaboração entre instituições e autores fazendo combinações.

A tecnologia, o avanço e aprimoramento dos bancos de dados de pesquisa acadêmica, como o *Google Scholar*, por exemplo, indicam formas de se realizar esse método de pesquisa, que pode abarcar análises quantitativas e qualitativas. É o caso do presente estudo, que parte do levantamento de dados quantitativo à interpretação e

⁴ COBO, M. J.; LÓPEZ-HERRERA, A. G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. Science mapping software tools: review, analysis, and cooperative study among tools. 2011.



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

discussão qualitativas desses. Quanto à aplicação da bibliometria na Ciência da Informação, Vieira e Silva argumentam:

[...] a bibliometria tem sido aplicada em diversas áreas do conhecimento com vistas a identificar características acerca dos temas abordados. Por isso, é de suma importância evidenciá-la dentro de pesquisas que trabalham com produção e comunicação científica no âmbito da área de CI, por essa área ser responsável pela evolução dos estudos métricos, iniciando as pesquisas primeiramente pela bibliometria e em seguida pelas demais metrias.⁵

A aplicação da pesquisa bibliométrica na temática Direito Internacional e Políticas Públicas, se deu neste estudo através da escolha de palavras-chave relacionadas ao tema enquanto variáveis para a formação da cadeia empírica. A partir disso, as variáveis de análise quantitativa e qualitativa foram características dos próprios trabalhos acadêmicos, são elas: “Título”, “Ano de publicação”, “Instituição de Ensino”, “Metodologia afirmada”.

Diante disso, ao longo do próximo capítulo serão apresentados os dados empíricos levantados e a sistematização desses dados, para a interpretação e a discussão qualitativa e as reflexões acerca das contribuições já feitas e as lacunas que servirão para estudos futuros.

2 LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados parte, primeiramente, da construção da cadeia empírica, que no caso desta pesquisa são trabalhos acadêmicos. Dessa forma, a presente seção busca explicar como ela foi construída, para, a partir disso, debruçar-se nas perguntas feitas e respostas obtidas.

Logo, através das quatro bases de dados - *Publish or Perish*, Google Acadêmico, banco de teses e dissertações da Capes e SciELO- foram construídas tabelas com os títulos dos trabalhos em quatro abas separadas do Google Planilhas, como dispõe o quadro a seguir.

Quadro 1 - Termos de busca e número de publicações encontradas, por plataforma

Termos de busca	Plataforma	Número de publicações encontradas ⁶	Número de publicações após refinamento
-----------------	------------	--	--

⁵VIEIRA, L. J. C.; SILVA, I. C. O. DA .. A produção científica sobre os estudos bibliométricos no Brasil: uma análise a partir da Brapci. **Em Questão**. 2023. p.2

⁶ Número de publicações, diferente do resultado total das buscas, que estiveram em alguns casos (maior parte das buscas no Google Acadêmico) na casa dos milhares, nos quais, para facilitação da análise foram registrados os 100 primeiros resultados (10 páginas).



“DIREITO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS”	Publish or Perish	8 resultados	5 resultados
	Google Acadêmico	100 resultados	11 resultados
	SciELO	34 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	100 resultados	9 resultados
“DIREITO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS”	Publish or Perish	35 resultados	17 resultados
	Google Acadêmico	100 resultados	26 resultados
	SciELO	15 resultados	1 resultado
	Banco de teses e Dissertações da CAPES	40 resultados	4 resultados
“DIREITO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS” E “RIO GRANDE DO SUL”	Publish or Perish	34 resultados	17 resultados
	Google Acadêmico	21 resultados	10 resultados
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	2 resultados	0 resultados
“COOPERAÇÃO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS”	Publish or Perish	2 resultados	2 resultados
	Google Acadêmico	39 resultados	12 resultados
	SciELO	11 resultados	1 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	100 resultados	3 resultados
“COOPERAÇÃO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS”	Publish or Perish	48 resultados	16 resultados
	Google Acadêmico	27 resultados	9 resultados
	SciELO	1 resultado	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	3 resultados	1 resultado
“COOPERAÇÃO INTERNACIONAL” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS” E “RIO GRANDE DO SUL”	Publish or Perish	40 resultados	11 resultados
	Google Acadêmico	6 resultados	2 resultados
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	0 resultados	0 resultados
“PARADIPLOMACIA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS”	Publish or Perish	26 resultados	12 resultados
	Google Acadêmico	10 resultados	8 resultados
	SciELO	3 resultados	0 resultados



	Banco de teses e dissertações da CAPES	28 resultados	1 resultado
“PARADIPLOMACIA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS”	Publish or Perish	39 resultados	9 resultados
	Google Acadêmico	4 resultados	4 resultados
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	1 resultado	0 resultados
“PARADIPLOMACIA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS” E “RIO GRANDE DO SUL”	Publish or Perish	23 resultados	9 resultados
	Google Acadêmico	6 resultados	5 resultados
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	0 resultados	0 resultados
“COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS”	Publish or Perish	32 resultados	12 resultados
	Google Acadêmico	5 resultados	2 resultados
	SciELO	1 resultado	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	1 resultado	0 resultados
“COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS”	Publish or Perish	23 resultados	5 resultados
	Google Acadêmico	1 resultado	1 resultado
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	0 resultados	0 resultados
“COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” E “DIREITOS HUMANOS” E “RIO GRANDE DO SUL”	Publish or Perish	13 resultados	7 resultados
	Google Acadêmico	0 resultados	0 resultados
	SciELO	0 resultados	0 resultados
	Banco de teses e dissertações da CAPES	0 resultados	0 resultados
		TOTAL DE RESULTADOS ENCONTRADOS: 982 publicações	TOTAL DE RESULTADOS SELECIONADOS: 232 publicações

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Google Scholar, SciELO, Publish or Perish e Banco de Teses e Dissertações CAPES (2024).

Os resultados encontrados foram reunidos em uma única tabela e refinados a fim de atender aos objetivos da pesquisa. Primeiro, foram excluídos os resultados que se

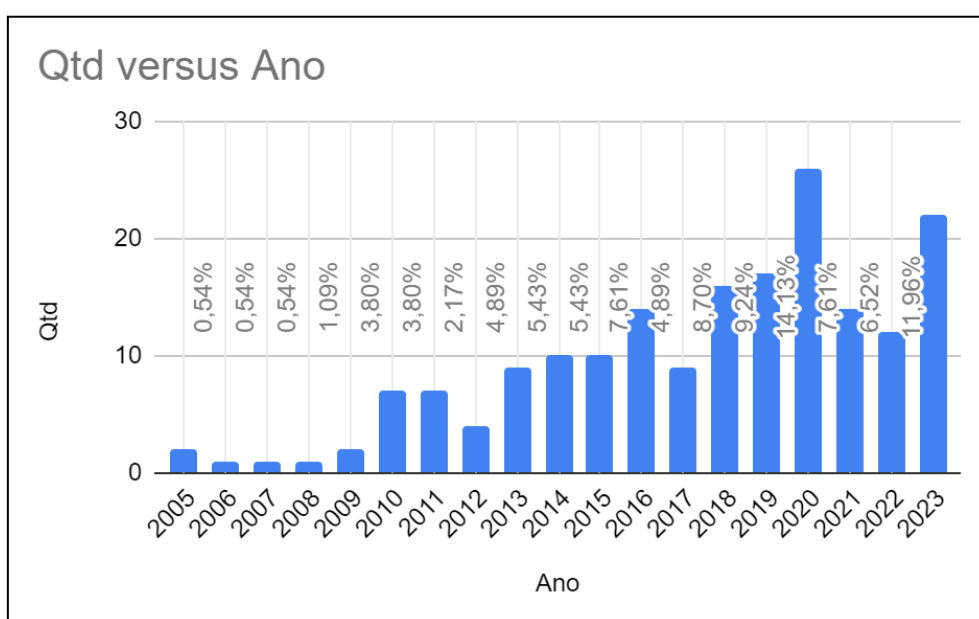


repetiam, ou que não estavam em língua portuguesa. Após revisão, mais títulos foram excluídos por não se encaixarem adequadamente no critério de seleção escolhido (combinação dos termos “Direito Internacional” ou “Cooperação Internacional” ou “Paradiplomacia” ou “Cooperação Descentralizada” com “Direitos Humanos” ou “Políticas Públicas” ou “Rio Grande do Sul”, classificando os três primeiros enquanto meio e os três últimos enquanto fim da ação internacional). A partir desses processos de triagem, a pesquisa bibliométrica resultou em 184 publicações, que foram tabuladas e divididas em ano de publicação, instituição de ensino e métodos de pesquisa utilizados. Os resultados são discutidos na seção seguinte.

3. DISCUSSÃO PRELIMINAR DOS RESULTADOS.

A maneira como os dados obtidos através do pré processamento - seleção de informações relevantes, a partir de quadro empírico - é chamada de visualização⁷. Para este trabalho, a tabela supracitada foi uma das formas de visualização dos dados obtidos, entretanto, não foi a única. Para a visualização, foram criados, através da plataforma Google Planilhas, três gráficos, que possibilitam observar e comparar o Ano de Publicação, a instituição através das quais os trabalhos foram publicados e a metodologia afirmada, respectivamente. Desse modo, essa seção apresentará e discutirá cada um deles.

Gráfico 1 - Ano de publicação



⁷ COBO, M. J.; LÓPEZ-HERRERA, A. G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. Science mapping software tools: review, analysis, and cooperative study among tools. 2011.



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Google Scholar, SciELO, Publish or Perish e Banco de Teses e Dissertações CAPES (2024).

O primeiro aspecto analisado foi o ano de publicação, diante do gráfico, nota-se que os anos em que mais foram publicados estudos relacionados aos temas representados pelos termos de busca foram os anos de 2020, 2023 e 2019, respectivamente. O primeiro estudo encontrado sobre o tema foi publicado em 2005. Além disso, o número de publicações é pouco expressivo até o ano de 2015, no qual constam 10 publicações. Observa-se, ainda, um declínio das publicações de 2017, em comparação aos anos de 2016 e 2015, bem como nos anos de 2021 e 2022 em comparação com 2020, embora esse número tenha voltado a crescer no ano de 2023.

Diferentes variáveis podem influenciar o número de publicações por ano, que devem ser analisadas em futuros trabalhos, como o advento e aprimoramento de novas tecnologias em favor da pesquisa científica e o cenário geopolítico federal e global, haja vista a impossibilidade do conhecimento jurídico ser apartado da realidade e, desse modo, sujeito às suas mudanças.

O direito é ciência social que precisa de cada vez maiores aberturas; necessariamente sensível a qualquer modificação da realidade, entendida na sua mais ampla acepção. Ele tem como ponto de referência o homem na sua evolução psicofísica, existência, que se torna história na sua relação com outros homens.⁸

Ademais, tão importante quanto considerar o período histórico do estudo, sobretudo na área das ciências sociais e humanas, é analisar a região geográfica e a comunidade acadêmica com a qual ele dialoga. Assim, a pesquisa bibliométrica identificou e sistematizou a instituição de ensino responsável pela publicação desses artigos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição de publicações por instituição de ensino

⁸ PERLINGIERI, Luigi. *A abertura do Direito ao social*. 2002. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2002.p.1



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

que mais publicaram sobre os temas. Tratam-se de resultados esperados na medida em que possuem os mais bem avaliados cursos de Relações Internacionais⁹ e também do curso de Direito, como é o caso da USP¹⁰.

Nota-se também que um grande número de publicações não está vinculado a uma instituição de ensino. Esse número ocorre por não estar devidamente especificado e identificado, característica que se repete em muitas entradas e que representa um entrave na realização de qualquer coleta de dados.

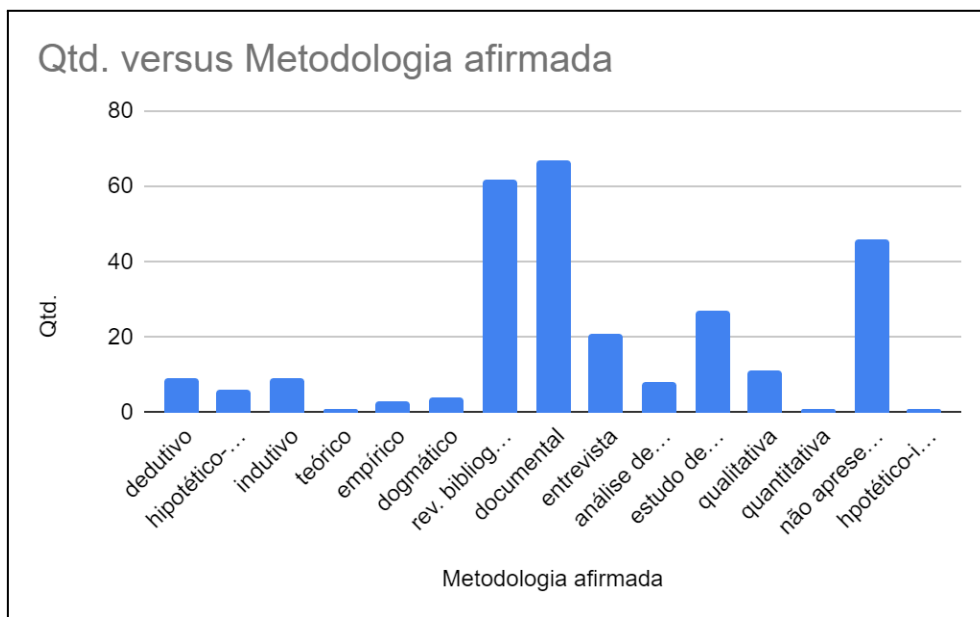
Além disso, ressalta-se que um dos objetivos específicos desta pesquisa bibliométrica é identificar e analisar os estudos que relacionam o direito internacional aos entes subnacionais, em especial ao estado federado do Rio Grande do Sul, sendo este um dos termos de busca utilizados. Por isso, notam-se números consideráveis de publicações nas instituições gaúchas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 11 publicações, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com 5 publicações e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), também com 5 publicações.

Foi também analisada a metodologia afirmada nos 184 estudos. A categoria “metodologia afirmada” é uma escolha terminológica que propositalmente generaliza os diferentes vieses metodológicos que poderiam ser adotados e explicitados nos estudos e que variaram muito entre abordagem, procedimento e técnicas de pesquisa. Para tal investigação, foram lidos todos os resumos, introdução e, caso não houvesse menção à metodologia nessas seções, também foi realizada uma busca dos termos “método”, “abordagem”, “procedimento” e “técnica” ao longo de cada publicação.

Gráfico 4 - Publicações por Metodologia Afirmada

⁹ RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. Curso de Relações Internacionais. 2023. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-cursos/relacoes-internacionais/> Acesso em: 26 Fev. 2024.

¹⁰ RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. Curso de Direito. 2023. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-cursos/direito/> Acesso em: 26 Fev. 2024.



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Google Scholar, SciELO, Publish or Perish e Banco de Teses e Dissertações CAPES (2024).

Nos trabalhos analisados, a metodologia costuma estar presente no resumo ou na introdução. Todavia, alguns trabalhos citam apenas abordagem, apenas técnica, ou somente procedimento, já outros, mais completos, combinam essas categorias. Por isso, a categorização no gráfico foi feita de maneira a agrupar e combinar todas essas informações.

Ainda assim, 46 textos não explicitam a metodologia em nenhuma seção, ou não utilizam essas terminologias e se limitam a explicar apenas como estrutura e objetivos do texto. Contudo, a maioria deles faz essa explanação, ainda que não combine diferentes aspectos metodológicos. O método mais representado nos textos foi a análise documental (67 ao total), o que representa sobretudo a legislação, os relatórios e documentos de instituições políticas e órgãos responsáveis pela formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas.

Em seguida, o procedimento da revisão bibliográfica, ou revisão da literatura, foi o segundo método mais utilizado (com 62 textos), o que pode se dar pelo número de trabalhos mais teóricos, bem como o acesso às fontes secundárias, sobretudo *online*. A revisão da literatura repetidas vezes apareceu combinada à análise documental, em estudos que combinam a utilização de fontes primárias e secundárias.



27 trabalhos utilizam-se de estudo de caso e 21s realizam entrevistas como metodologia, o que mostra interesse sobre o empirismo. Shaffer e Ginsburg argumentam sobre a crescente utilização de metodologias empíricas no direito internacional que:

O aumento da atenção ao empirismo dado ao direito internacional também é suportado por desenvolvimentos técnicos e oportunidades de financiamento que facilitam a coleta e análise de dados. Um importante desenvolvimento tem sido o rápido aumento do poder de pacotes estatísticos. Operações que, vinte anos atrás, teriam exigido muitas horas nos mais avançados computadores, podem agora ser realizadas em uma questão de segundos, em computadores pessoais individuais. Esta evolução permitiu análises qualitativas comparadas de crescente sofisticação e rigor e aumentou a demanda por produção de bases de dados. Além disso, o aumento das oportunidades de financiamento tem estimulado essa tendência.¹¹

Observa-se, dessa forma, que há uma relação direta entre desenvolvimento tecnológico e produção científica, que deve ser pontuada ao se explicar mudanças e continuidades na temática.

Para uma análise qualitativa, foram selecionados 27 títulos, um de cada uma das buscas - escolheu-se o primeiro resultado de cada busca - em cada um dos bancos de dados, excluindo os resultados em branco ou que não passaram da triagem. A partir disso construiu-se uma tabela, com base em 5 categorias, são elas “proteção dos Direitos Humanos”, “Políticas Públicas”, “Características da Cooperação”, “papel da globalização” e “atuação de agentes subnacionais”, para sistematizar se esses elementos estão presentes entre as conclusões desses trabalhos, dessa forma, tem-se:

Texto (Autor e Ano)	Políticas Públicas	Proteção dos DH	Características da Cooperação	Papel da Globalização	Atuação de agentes subnacionais
AFONSO (2012)					
ALMEIDA (2016)		X	X		
AMORIM (2019)	X	X			
BATISTA (2022)	X	X	X		X
CARVALHO (2014)			X		X
CORREA (2017)	X	X	X	X	
DESSOTTI	X	X	X	X	X

¹¹ SHAFFER, Gregory. *The new legal realist approach to international law*. Cambridge: Leiden Journal of International Law. 2015. p. 202. (tradução nossa)



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

(2009)					
FERREIRA (2015)					X
JARDIM (2021)					X
KOSHIMA (2006)	X	X			
LINHARES (2018)	X	X			X
MERCHER (2018)	X	X			X
NASCIMENTO (2013)		X			
NUNES (2005)			X		X
OLIVEIRA (2010)	X	X			X
PEREIRA (2021)			X		
PONZILACQUA (2021)	X	X			
PORTO E WEBER (2018)	X		X		
RODRIGUES M. (2019)		X			
RODRIGUES P. (2021)	X				X
RODRIGUEZ (2022)					X
SILVA F. (2023)	X				X
SILVA M. (2020)	X	X			
SILVA G. (2021)			X	X	X
TORRONTEGUY (2010)	X	X	X		
VASCONCELLOS (2023)		X			
ZANOCCHI (2013)	X			X	

Fonte: Elaboração própria. 2024





Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Como pode-se observar, alguns tópicos se repetem nas conclusões desses textos, mesmo que sendo publicados em anos divergentes. Assim, ao tratar de políticas públicas, Batista identifica a importância da multiplicidade de atores, como ONGs, sociedade civil, mídia e movimentos sociais.¹² Também, Rodrigues coloca como papel da sociedade civil “[...] atrair a atenção das esferas políticas regionais e a partir dessa demanda social é gerado o levantamento sobre novas políticas públicas de melhoria local”¹³.

Para Silva, o desafio é a dificuldade de integração de diferentes setores do poder público na região do problema - que no caso do texto, são as fronteiras, já que se trata de governança do turismo em fronteira -, para Ponzilacqua, ao encontro daquele, a dificuldade está na complexa rede formada nas políticas públicas que envolve também diferentes setores, que por vezes não constituem ação conjunta¹⁴. Por outro lado, tanto para Silva quanto para Weber o problema é falta e desatualização dos dados acerca dos problemas públicos¹⁵. Já de acordo com Vasconcellos, o atraso se dá graças a “redemocratização incipiente”, no pós ditadura militar¹⁶.

A Cooperação foi colocada diversas vezes como alternativa a essas dificuldades, seja entre estados ou descentralizada. A Cooperação Sul Sul, conforme argumenta Torronteguy, detém de unilateralidade que apesar de não ser necessariamente um problema, pode ser insuficiente¹⁷.

¹² BATISTA, Fernanda de Oliveira. **A cooperação descentralizada como facilitadora de políticas públicas para mulheres amazônidas?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2022.

¹³ RODRIGUES, Pedro Carvalho de Holanda. **Paradiplomacia e as políticas públicas brasileiras e argentinas: comparativo entre as duas regiões da América do Sul frente ao crescimento das novas formas de cooperação descentralizada como a paradiplomacia**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Relações Internacionais, UniCEUB, Brasília, 2021.

¹⁴ PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira; SACILOTTO, Leonardo Mattoso. Regime jurídico e políticas públicas de águas no direito internacional e brasileiro: rumo a estatuto privilegiado?. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, 2021

¹⁵ SILVA, F. R. C. da; GRECHI, D. C.; CARNEIRO, C. P. A governança do turismo em fronteira internacional: políticas públicas e paradiplomacia no contexto da RILA. *Interações (Campo Grande)*, [S. l.], v. 24, n. 4, p. e2444208, 2023 WEBER, Nicole Garske. **As políticas públicas de enfrentamento ao tráfico internacional de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual: uma análise com base nas políticas internas e na cooperação internacional entre Brasil e Espanha**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, Santa Cruz do Sul, 2020.

¹⁶ VASCONCELOS, Ygor da Silva Sarmanho; ARRUDA, Paula Regina Benassuly. REFLEXOS DITATORIAIS:: HISTÓRICO DE VIOLAÇÕES PERPETRADO PELO REGIME MILITAR NO BRASIL À LUZ DO CORPUS IURES DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 11, n. 1, p. 281-310, 2023. (p.307)

¹⁷ TORRONTÉGUY, Marco Aurélio Antas. O papel da cooperação internacional para a efetivação de direitos humanos: o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o direito à saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2010.



Além disso, nota-se que estados federados e cidades têm ganhado protagonismo internacional, através da paradiplomacia, como fez Campinas-SP com a China, coloca Silva¹⁸. Contudo, Mercher “demonstrou que variáveis como profissionalização e carreira dos gestores, grupo político e agentes comerciais conseguem explicar a continuidade observada na prática paradiplomática do Rio de Janeiro durante o período de 1993 a 2016”¹⁹. Para Nunes, a falta de continuidade foi exatamente o problema na paradiplomacia do estado do Rio Grande do Sul, embora pioneiro na prática²⁰. E, ainda, argumenta Batista, “a desarticulação dos órgãos responsáveis pelas relações internacionais no estado do Pará tende a inviabilizar essa interlocução entre os atores locais e internacionais”²¹, o que demonstra barreiras estruturais e organizacionais à atuação internacional dos entes subnacionais, além daquelas já existentes legalmente.

CONCLUSÃO

Em suma, o presente estudo buscou apresentar o campo de estudo que relaciona direito internacional, cooperação internacional e direitos humanos com políticas públicas locais. Para tanto, foram levantados e analisados 184 títulos, o ano de sua publicação, as instituições de ensino responsáveis pela publicação e a metodologia afirmada. Ademais, foi feita análise qualitativa para comparar as conclusões de 27 deles. Alguns desafios foram encontrados para essas análises, como a falta de clareza metodológica, por exemplo. Vale abordar, também, que não foi encontrada nenhuma outra pesquisa bibliométrica, que denota a contribuição da presente pesquisa.

Ressalta-se, por fim, que esses trabalhos acadêmicos representam o crescimento acerca da pluralidade de ferramentas que o direito internacional dispõe para o desenvolvimento e para os direitos humanos, bem como na importância de entes estatais e não estatais, nacionais ou subnacionais de se empossar dessas ferramentas.

¹⁸ SILVA, Guilherme Pacelli Ribeiro da. **A paradiplomacia como instrumento de políticas públicas: uma análise da atuação governamental de Campinas/SP com atores estatais e não estatais da república popular da china (2009-2020)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2021.

¹⁹MERCHER, L.; PEREIRA, A. E. Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2018.

²⁰ NUNES, Carmen Juçara da Silva. A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. P 133

²¹ BATISTA, Fernanda de Oliveira. **A cooperação descentralizada como facilitadora de políticas públicas para mulheres amazônicas?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2022. P. 75



REFERÊNCIAS

- AFONSO, Henrique Weil; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Direito internacional fragmentado e proteção aos direitos humanos: algumas repercussões para o desenvolvimento dos Estados. **Revista Em Tempo**, [S. l.], v. 11, p. 27-39, jul. 2012. ISSN 1984-7858. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/331>. Acesso em: 17 out. 2024.
- ALMEIDA, S. S. DE.; LORENZO, C. F. G.. A Cooperação Sul-Sul em saúde, segundo organismos internacionais, sob a perspectiva da bioética crítica. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 109, p. 175-186, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610914>. Acesso em: 18 out. 2024.
- AMORIM, A. R. de; TEIXEIRA, S. G. A evolução do direito internacional dos direitos dos povos tradicionais: uma análise da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2019. DOI: 10.35699/2525-8036.2019.5147. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e5147>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BATISTA, Fernanda de Oliveira. **A cooperação descentralizada como facilitadora de políticas públicas para mulheres amazônicas?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5680>. Acesso em: 17 out. 2024.
- CARDOSO SQUEFF, Tatiana. O giro decolonial no Direito Internacional . **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 43, n. 91, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/85235>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CARVALHO, Jonathas Miranda de; TANG, Yi Shin. Os jogos olímpicos, a cooperação descentralizada e a aplicação de políticas públicas: o modelo de Barcelona 92 para o Rio de Janeiro 2016. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 40, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/2131>. Acesso em: 18 out. 2024.
- COBO, M. J.; LÓPEZ-HERRERA, A. G.; HERRERA-VIDEIRA, E.; HERRERA, F. **Science mapping software tools: review, analysis, and cooperative study among tools**. 2011.
- CORREA, Marina Aparecida Pimenta da Cruz; ALMEIDA, Valquíria. Políticas públicas de migração internacional e sua interface com os direitos humanos: diálogos de cooperação internacional, soberania estatal e controle migratório. **Revista Direito e Cidadania**, v. 2, n. 2, p. 1-25, abr./out. 2017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-direitoecidadania/article/view/2938>. Acesso em: 18 out. 2024.
- DESSOTTI, Fabiana Rita. **Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local**. *5ème Colloque de l'IFBAE*- Grenoble, 2009.
- EMERIQUE, L.B.; GUERRA, S. Direitos humanos e políticas públicas de combate à pobreza no contexto da globalização. **Cadernos de Dereito Actual**, [S. l.], n. 7, p. 25-42, 2017. Disponível em: <https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/214>. Acesso em: 17 out. 2024.
- ESLAVA, Luis. Istanbul Vignettes: Observing the Everyday Operation of International Law. **London Review of International Law**, v. 2, n. 1, 3-47, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/lril/lru005>. Acesso em: 20 out. 2024.



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

FERREIRA, Bruno Guedes. **Atores públicos subnacionais e política externa brasileira: a paradiplomacia no Rio Grande do Sul (2007-2014)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6566>. Acesso em: 17 out. 2024.

FERREIRA ARAÚJO, Ronaldo; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 16, n. 31, 2011.

HAFNER-BURTON, Emilie. **Making Human Rights a Reality**. Princeton: University Press, 2013. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA362609307&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=10752846&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7Ec7fe510d&aty=open-web-entry>. Acesso em: 19 out. 2024.

JARDIM, Natália Hedlund. **A qualificação da paradiplomacia dos estados federados: o caso do Rio Grande do Sul**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/231592>. Acesso em: 18 out. 2024.

KOSHIMA, Karim S.L. **Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Dissertação mestrado. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Bahia: 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8823>. Acesso em: 19 out. 2024

LINHARES, Layla de Oliveira Lima. **A efetivação dos direitos humanos das mulheres transexuais e travestis em privação de liberdade no Rio Grande do Norte: um estudo à luz do Direito Internacional**. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Orientadora: Dra. Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55616>. Acesso em: 18 out. 2024.

MERCHER, L.; PEREIRA, A. E. Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/790>. Acesso em: 18 out. 2024.

NASCIMENTO, Iêda Maria. **PROTEÇÃO SOCIAL AOS IDOSOS: UM DESAFIO PARA O SERVIÇO SOCIAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL**. **Revista da Graduação**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/graduacao/article/view/13810>. Acesso em: 18 out. 2024.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6142>. Acesso em: 17 out. 2024.

OLIVEIRA, Simone Lavelle Godoy de. **A corte interamericana de direitos humanos e a formulação de políticas públicas**. 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional e Direito Ambiental) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2010. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/72>. Acesso em 17 out 2024.



Dias 30 e 31 de outubro de 2024 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

- PERLINGIERI, Luigi. **A abertura do Direito ao social**. 2002. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2002. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/digital/bitstream/10135/103049/1/o-direito-e-ciencia-social-que-precisa-de-cada-vez-maiores-aberturas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024
- PEREIRA, Chyara Sales. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Políticas Públicas: um campo de batalha pela autoridade do conceito de desenvolvimento internacional**. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 156-186, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i19.14551. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/14551>. Acesso em: 18 out. 2024.
- PORTO, Rosane Teresinha Carvalho; WEBER, Nicole Garske. **O feminicídio e a violência contra a mulher no Brasil a partir do discurso sobre o Plano Nacional de Segurança Pública Brasileiro**. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, v. 1, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/4653>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira; SACILOTTO, Leonardo Mattoso. **Regime jurídico e políticas públicas de águas no direito internacional e brasileiro: rumo a estatuto privilegiado?**. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, [S. l.], n. 58, 2021. DOI: 10.17808/des.58.1208. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1208>. Acesso em: 18 out. 2024.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos: uma introdução**. São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estudhistoriografo/article/view/2033>. Acesso em: 19 out. 2024.
- RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. **Curso de Direito**. 2023. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-cursos/direito/> Acesso em: 26 Fev. 2024.
- RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. **Curso de Relações Internacionais**. 2023. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-cursos/relacoes-internacionais/> Acesso em: 26 Fev. 2024.
- RODRIGUES MARQUES DE LIMA, F. P.; SILVA, T. M. R. e. **O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL E A ACUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL**. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 133-162, 2019. DOI: 10.25245/rdspp.v7i3.607. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/607>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- RODRIGUES, Pedro Carvalho de Holanda. **Paradiplomacia e as políticas públicas brasileiras e argentinas: comparativo entre as duas regiões da América do Sul frente ao crescimento das novas formas de cooperação descentralizada como a paradiplomacia**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Relações Internacionais, UniCEUB, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15643>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- RODRIGUEZ, Júlio C.; JUNGES, Matheus da Silva. **Paradiplomacia financeira e mudanças institucionais: o caso do Rio Grande do Sul (1987-2014)**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, e263563, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.263563>. Acesso em: 26 nov. 2024
- SHAFFER, Gregory. **The new legal realist approach to international law**. *Leiden Journal of International Law*, 2015, p. 189-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0922156515000035>. Acesso em: 26 nov. 2024



SILVA, F. R. C. da; GRECHI, D. C.; CARNEIRO, C. P. A governança do turismo em fronteira internacional: políticas públicas e paradiplomacia no contexto da RILA. **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 24, n. 4, p. e2444208, 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i4.4208. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/4208>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA, Maria Auxiliadora Santos. Violência contra a mulher no Brasil: direito internacional, violações aos direitos humanos, reflexões, desafios e políticas públicas. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito Internacional, 2020. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/6021>. Acesso em 26 nov 2024.

SILVA, Guilherme Pacelli Ribeiro da. **A paradiplomacia como instrumento de políticas públicas: uma análise da atuação governamental de Campinas/SP com atores estatais e não estatais da república popular da china (2009-2020)** . 41 p. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/6339>. Acesso em: 20 out. 2024

TORRONTEGUY, Marco Aurélio Antas. O papel da cooperação internacional para a efetivação de direitos humanos: o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o direito à saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/699>. Acesso em: 26 nov. 2024

VASCONCELOS, Ygor da Silva Sarmanho; ARRUDA, Paula Regina Benassuly. REFLEXOS DITATORIAIS: HISTÓRICO DE VIOLAÇÕES PERPETRADO PELO REGIME MILITAR NO BRASIL À LUZ DO CORPUS IURES DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), v. 11, n. 1, p. 281-310, 2023. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1370>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VIEIRA, L. J. C.; SILVA, I. C. O. DA .. A produção científica sobre os estudos bibliométricos no Brasil: uma análise a partir da Brapci. Em *Questão*, v. 29, p. e-128160, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/q8FfyPLmVmXX575H5VjFPwR/#> . Acesso em: 17 out. 2024

WEBER, Nicole Garske. **As políticas públicas de enfrentamento ao tráfico internacional de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual: uma análise com base nas políticas internas e na cooperação internacional entre Brasil e Espanha**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2833>. Acesso em: 20 nov. 2024

WHYTOCK, Christopher A. From International Law and International Relations to Law and World Politics. In: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford: **Oxford University Press**, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3170066. Acesso em: 20 out. 2024

ZANOCCHI, José Maria Mccall. **A proteção do meio ambiente no comércio internacional: compatibilização de políticas públicas com o direito internacional**. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/12833>. Acesso em: 30 out. 2024